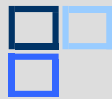




CR Almeida

CR Almeida S/A - Engenharia de Obras



Relatório de Auditoria

*Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2022*

Rua Almirante Tamandaré, nº 738 - 3º andar
Alto da XV - CEP 80045-170 - Curitiba - PR
Tel: +55 (41) 3015 9824

moorecwb@moorebrasil.com.br
www.moorebrasil.com.br



Índice

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	04
Balanço patrimonial	07
Demonstração do resultado	08
Demonstração do resultado abrangente	08
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	09
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Curitiba, 17 de março de 2023.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos Srs.
Administradores e Acionistas da
CR Almeida S/A - Engenharia de Obras

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da CR Almeida S/A - Engenharia de Obras, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CR Almeida S/A - Engenharia de Obras em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, existem processos correspondentes a ações civis pública de improbidade administrativa e inadimplemento contratual promovidos por Ministérios Públicos Federal e Estaduais, bem como por Estados que foram avaliadas pelos consultores legais e pela Administração como perdas possíveis e, portanto, segundo as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), não é requerida a constituição de provisão para perdas uma vez que não reúnem todas as características para o seu registro, havendo, inclusive, incertezas quanto a apuração dos valores dos possíveis passivos contingentes. Assim, considerando inclusive a expressividade de valores envolvidos, não obtivemos evidências de auditoria suficientes para concluir sobre possíveis efeitos nas demonstrações financeiras e nas divulgações adicionais que poderiam ser requeridas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as demonstrações financeiras que indicam que as receitas de atividades operacionais vêm sofrendo reduções significativas com a consequente acumulação de prejuízos nas operações e, ainda, apresentam um excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes na ordem de R\$ 23.161 mil e excesso de passivos não circulantes sobre os ativos não circulantes na ordem de R\$ 58.099 mil, fatos que culminam na apresentação do patrimônio líquido na situação de passivo a descoberto e dificultam sobremaneira, inclusive, a participação em futuras licitações. Adicionalmente, conforme comentado na nota explicativa nº 10.a às demonstrações financeiras, existem discussões judiciais de valores relevantes e que incluem a penalidade relacionada com a proibição de, entre outras, contratar com o Poder

Público. Estas situações requerem que a administração envie esforços para a retomada das atividades e correspondente aporte de recursos por parte dos controladores, garantindo assim, a sua continuidade operacional. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessa incerteza. Nossa opinião não contém ressalva quanto a este assunto.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia, conforme mencionado na Nota Explicativa 05. c, a Companhia possui créditos a receber junto ao Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Maranhão (DER/MA) resultantes da condenação daquele órgão em Ação de Indenização que ainda dependem de decisão definitiva quanto a expedição de precatório, cálculos de atualização e sua consequente realização.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 17 de março de 2023.

MOORE CWB
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC.PR 005.174/O-5

Diemerson do Nascimento
Contador
CRC PR-060-422/O-7

	Nota	2022	2021
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	04	1.667.709,20	2.959.688,24
Contas a receber	05	44.378.423,54	44.427.831,49
Estoques	-	1.814.573,27	1.977.757,85
Adiantamentos a fornecedores e subempreiteiros	-	2.598.266,33	2.604.986,70
Tributos e contribuiões a recuperar	-	5.518.189,07	3.376.050,19
Transaões com consorciadas	12.a	13.788.188,97	14.404.423,02
Despesas antecipadas	-	635.056,76	1.011.920,41
Outros ativos	-	426.451,36	457.758,24
		70.826.858,50	71.220.416,14
Não circulante			
Contas a receber	05	149.249.333,37	168.388.253,08
Depósitos para recursos	-	4.968.359,23	3.602.921,15
Despesas antecipadas	-	301.088,96	41.549,91
Outros ativos	-	591.526,87	560.422,84
Imobilizado	06	247.421,19	340.123,44
Intangível	-	6.226,71	12.386,31
		155.363.956,33	172.945.656,73
Total do Ativo		226.190.814,83	244.166.072,87
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores e subempreiteiros	07	8.091.061,23	26.846.367,03
Obrigaões fiscais, sociais e trabalhistas	08	9.372.995,64	9.412.986,24
Adiantamentos de clientes	09	75.638.128,75	77.926.386,45
Transaões com consorciadas	12.b	885.992,38	1.086.976,30
		93.988.178,00	115.272.716,02
Não circulante			
Obrigaões fiscais, sociais e trabalhistas	08	2.474.442,45	3.037.601,41
Imposto de renda e contribuiao social diferidos	18.a2	4.422.213,14	12.385,04
Provisões para contingências	10	178.444.996,31	78.640.203,11
Débitos com pessoas ligadas	11	27.731.650,65	25.127.945,78
Outros passivos	-	390.106,97	390.106,85
		213.463.409,52	107.208.242,19
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)			
Capital social	13.a	42.805.353,16	42.805.353,16
Ajustes de avaliação patrimonial	13.b	24.036,30	24.036,30
Prejuizos acumulados	-	(124.090.162,15)	(21.144.274,80)
		(81.260.772,69)	21.685.114,66
Total do Passivo		226.190.814,83	244.166.072,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado



Exercícios findos em 31 de Dezembro
Valores Expressos em Reais

	Nota	2022	2021
Receita líquida das atividades operacionais	14	3.466.014,70	9.305.878,38
Custo das atividades operacionais	15	(2.643.196,74)	(5.592.034,54)
Prejuízo bruto		822.817,96	3.713.843,84
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas gerais e administrativas	15	(119.105.570,00)	(86.896.374,36)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	16	64.930,37	(449.851,51)
		(119.040.639,63)	(87.346.225,87)
Prejuízo antes dos efeitos financeiros		(118.217.821,67)	(83.632.382,03)
Receitas financeiras	17	23.436.045,19	7.927.195,27
Despesas financeiras	17	(3.754.282,77)	12.237,38
Prejuízo antes da tributação do imposto de renda e da contribuição social		(98.536.059,25)	(75.692.949,38)
Imposto de renda e contribuição social	18.a3	(4.409.828,10)	(94,82)
Prejuízo líquido do exercício		(102.945.887,35)	(75.693.044,20)

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de Dezembro
Valores Expressos em Reais

	Nota	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício		(102.945.887,35)	(75.693.044,20)
Outros resultados abrangentes:			
. Realização de ajustes de avaliação patrimonial	13.b	-	(184,10)
Resultado abrangente do período		(102.945.887,35)	(75.693.228,30)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



Exercícios findos em 31 de Dezembro
Valores Expressos em Reais

Mutações	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	517.277.632,19	23.852,20	(419.923.325,53)	97.378.158,86
Redução de capital para absorção de prejuízos	(474.472.279,03)	-	474.472.279,03	-
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	184,10	(184,10)	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(75.693.044,20)	(75.693.044,20)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	42.805.353,16	24.036,30	(21.144.274,80)	21.685.114,66
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(102.945.887,35)	(102.945.887,35)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	42.805.353,16	24.036,30	(124.090.162,15)	(81.260.772,69)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto



Exercícios findos em 31 de Dezembro
Valores Expressos em Reais

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	7.892.368,02	(50.158.219,57)
Prejuízo líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(98.536.059,25)	(75.692.949,38)
Ajustes por:	82.567.846,63	47.759.594,61
. Juros e variações monetárias	(19.722.663,86)	(7.913.604,89)
. Perdas em contas a receber	4.211.774,00	10.421.175,44
. Ganhos por registro de créditos em discussão a receber	(1.825.966,06)	(2.127.957,45)
. Depreciações e amortizações	99.876,09	161.989,97
. Provisão para contingências	99.804.793,20	47.301.158,17
. Resultado na baixa de ativos não circulantes	33,26	(83.166,63)
RESULTADO AJUSTADO DO PERÍODO:	(15.968.212,62)	(27.933.354,77)
Aumento (redução) nos passivos:	(15.824.628,64)	(25.988.362,70)
. Fornecedores e subempreiteiros	(8.704.955,76)	(28.365.875,30)
. Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	(4.630.431,38)	238.601,54
. Adiantamentos de clientes	(2.288.257,70)	2.181.885,69
. Transações com consorciadas	(200.983,92)	(42.974,51)
. Outros passivos	0,12	(0,12)
Redução (aumento) nos ativos:	39.685.209,28	3.763.497,90
. Contas a receber	39.871.202,00	1.439.710,33
. Estoques	163.184,58	-
. Adiantamentos a fornecedores e subempreiteiros	6.720,37	2.893.156,08
. Tributos e contribuições a recuperar	275.778,91	(320.746,71)
. Transações com consorciadas	616.234,05	(793.126,88)
. Depósitos para recursos	(1.365.438,08)	57.222,63
. Outros ativos	117.527,45	487.282,45
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:	(1.047,50)	99.827,82
. Aquisição de imobilizado	(1.047,50)	(2.988,78)
. Venda de ativos não circulantes	-	102.816,60
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:	(9.183.299,56)	50.909.574,01
. Parcelamento de débitos tributários	998.358,44	2.237.961,88
. Pagamento de obrigações fiscais, sociais e trabalhistas parceladas	(999.340,61)	(506.278,48)
. Operações financeiras com empresas ligadas	(9.182.317,39)	49.177.890,61
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.291.979,04)	851.182,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	2.959.688,24	2.108.505,98
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	1.667.709,20	2.959.688,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Companhia tem como atividades preponderantes a execução e a exploração de todas as áreas da engenharia e construção.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram preparadas com base no custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 17 de março de 2023.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a Moeda estrangeira - Transações em moeda estrangeira, quando existentes, são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundos da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

b Instrumentos financeiros

b1 Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada

ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- b2 Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.
- c Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.
- d Contas a receber** - As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos, a perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa. Uma estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.
- e Imobilizado** - Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis (ou ajustado ao valor justo ou custo atribuído - *deemed cost* - para os bens das contas de instalações, máquinas e equipamentos e veículos, com base em laudo de peritos independentes). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para que o item específico tenha o uso pretendido. Reparos e manutenções, incluindo o custo das peças de reposição, somente são ativados quando for provável que os gastos proporcionem futuros benefícios econômicos para a Companhia. Caso contrário, são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, determinadas com base em laudo de peritos independentes, utilizando-se o método linear. No caso de uma indicação de que houve uma mudança significativa no método de depreciação, na vida útil (taxa) ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil estimado for maior do que o valor recuperável por uso ou venda.

- f Intangível** - Ativos intangíveis consistem em projetos e softwares de computador, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados em função do correspondente benefício econômico, ao longo de sua vida útil estimada de cinco a dez anos, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.
- g Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)** - O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Companhia revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando-se o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.
- h Fornecedores e subempreiteiros** - As contas a pagar aos fornecedores e subempreiteiros são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.
- i Provisões** - As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação.
- j Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos** - O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável, às alíquotas estabelecidas respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se existentes, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.
- k Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.
- l Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis a emissão de ações, se ocorridos, são demonstradas em conta redutora do capital, líquido de quaisquer efeitos tributários.
- m Reconhecimento de receitas** - As receitas de obras por empreitada são reconhecidas quando os serviços são prestados. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos, devoluções e impostos incidentes. A receita financeira é reconhecida com base

no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

- n Partes relacionadas** - Operações de mútuo financeiro com empresas ou pessoas ligadas são registradas pelos seus valores originais acrescidos de rendimentos às taxas contratuais até a data do balanço.
- o Ativos e passivos contingentes** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:
- o.1** Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Companhia possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- o.2** Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Companhia, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
- p Segregação entre circulante e não circulante** - As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a 365 dias estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	593.986,37	588.803,24
Bancos conta-movimento	56.410,71	75.489,27
Fundos de investimento	977.416,94	2.292.147,31
Certificados de depósito bancário	8.286.530,02	8.249.883,26
Provisão para perdas	(8.246.634,84)	(8.246.634,84)
	1.667.709,20	2.959.688,24

5 Contas a receber

		2022	2021
Faturas, títulos a receber e serviços executados a faturar	(a)	20.441.893,74	20.272.928,81
Créditos de precatórios a receber	(b)	18.528.689,39	38.102.122,67
Indenizações judiciais a receber	(c)	130.720.643,98	130.720.643,98
Outros valores a receber	(d)	23.936.529,80	23.720.389,11
		193.627.756,91	212.816.084,57
Ativo circulante		44.378.423,54	44.427.831,49
Ativo não circulante		149.249.333,37	168.388.253,08
		193.627.756,91	212.816.084,57

- a Faturas e títulos a receber e serviços executados a faturar** - Representam valores a receber provenientes de faturas emitidas e de medições de serviços realizados ainda não faturados. Os valores a receber são reconhecidos incluindo os valores dos respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e são apresentados líquidos das perdas estimadas que levam em conta a expectativa da administração na efetiva realização dos valores.
- b Créditos de precatórios a receber** - Conforme demonstrado a seguir, o principal destaque neste grupo de contas a receber, consiste no recebimento dos créditos de precatórios a receber junto ao Estado do Paraná. Além disso, tendo reconhecidos os seus direitos, a Companhia registrou novos precatórios e, também, suas correspondentes atualizações monetárias.

Movimentações	Estado do Paraná - Central do Paraná	DER/PR	FUNDEP DER/RJ	DER/SP	DER/MG	Estado do Tocantins	TOTAL
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	30.815.755,66	7.286.367,01	-	-	-	-	38.102.122,67
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	30.815.755,66	7.286.367,01	-	-	-	-	38.102.122,67
Reconhecimento	-	-	353.951,31	856.526,46	540.706,20	74.782,09	1.825.966,06
Atualizações	13.659.689,36	6.020.077,19	699.293,59	1.574.762,10	940.959,42	181.264,02	23.076.045,68
Recebimentos	(44.475.445,02)	-	-	-	-	-	(44.475.445,02)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	-	13.306.444,20	1.053.244,90	2.431.288,56	1.481.665,62	256.046,11	18.528.689,39

- c Indenizações judiciais a receber** - Representados por créditos junto ao Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Maranhão (DER/MA) resultantes da condenação daquele órgão em Ação de Indenização nº 0002140-06.1990.8.10.0001 em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda de São Luis/MA. Referido processo está na fase de cumprimento de sentença.
- d Outros valores a receber** - Representados por cauções (retenções contratuais) retidas por ocasião do pagamento de faturas de prestação dos serviços, os quais são registrados pelos valores efetivamente retidos e são recuperados quando da conclusão das obras. Incluem também valores de numerários a receber junto à consórcios nas quais a Companhia participa e também de suas consorciadas. Referidos valores são apresentados líquidos das perdas estimadas que levam em conta a expectativa da administração na efetiva realização dos valores

6 Imobilizado

	Taxas médias de depreciação - %	2022		2021
		Custo	Depreciações Acumuladas	Líquido
Hardwares	0 a 100	2.451.552,41	2.423.151,53	28.400,88
Máquinas, equipamentos e veículos ...	6,67 a 66,67	646.124,28	594.666,42	51.457,86
Móveis e utensílios	8,33 a 20	804.056,95	639.595,01	164.461,94
Edificações e instalações	4 a 20	19.792,50	18.308,61	1.483,89
Outros	10	4.042,50	2.425,88	1.616,62
		3.925.568,64	3.678.147,45	247.421,19
				340.123,44

As movimentações ocorridas no exercício, forma:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciações	Saldos em 31/12/2022
Hardwares	38.549,16	1.047,50	-	(11.195,78)	28.400,88
Máquinas e equipamentos	74.310,48	-	0,10	(22.852,72)	51.457,86
Móveis e utensílios	221.881,13	-	-	(57.419,19)	164.461,94
Edificações e instalações	3.476,57	-	(13,40)	(1.979,28)	1.483,89
Outros	1.906,10	-	(19,96)	(269,52)	1.616,62
	340.123,44	1.047,50	(33,26)	(93.716,49)	247.421,19

7 Fornecedores e subempreiteiros

	2022	2021
Fornecedores	2.695.998,56	2.303.207,23
Subempreiteiros	2.236.793,12	11.170.216,39
Empresas ligadas	-	10.053.257,01
Cauções Contratuais	3.158.269,55	3.319.686,40
	8.091.061,23	26.846.367,03

8 Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2022	2021	2022	2021
Sociais e Trabalhistas				
. Débitos Correntes	1.160.248,98	814.409,77	-	-
	1.160.248,98	814.409,77	-	-
Fiscais				
. Débitos Correntes	4.931.650,89	6.343.855,30	-	-
. Débitos Diferidos	1.588.051,86	1.216.636,12	-	-
. Débitos Parcelados	1.693.043,91	1.038.085,05	2.474.442,45	3.037.601,41
	8.212.746,66	8.598.576,47	2.474.442,45	3.037.601,41
	9.372.995,64	9.412.986,24	2.474.442,45	3.037.601,41

9 Adiantamentos de clientes

Os saldos incluem R\$ 63.342 mil (R\$ 65.620 mil em 31 de dezembro de 2021) correspondentes a valores recebidos a título de adiantamentos no Consórcio Colíder, na qual a Companhia participa com 50%, concedidos pela contratante Copel Geração e Transmissão S/A. Sobre esses adiantamentos existem discussões, inclusive judiciais, para a cobrança dos valores despendidos (adiantados) pela contratante em decorrência da situação financeira de empresa consorciada em fase de recuperação judicial. A Ação promovida pela Copel foi julgada, determinando o juízo responsabilizar os membros consorciados a arcar com os aportes e prejuízos causados em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas pela consorciada Wind Power Energia S/A, em virtude do estado de recuperação judicial. Todavia, após a interposição de recurso pelo Consórcio Colíder, o TJPR anulou a sentença, determinando o retorno dos autos para a fase instrutória.

Em contrapartida, a Companhia e a Companhia Paranaense de Construção S/A instauraram Procedimento Arbitral nº 24/2022, em trâmite perante a Câmara de Mediação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, visando obter a condenação da Wind Power Energia S/A na recomposição de todas as perdas experimentadas

pelo inadimplemento das obrigações assumidas no Contrato de Fornecimento, bem assim com relação às suas obrigações na forma do Regulamento Interno e Contrato de Constituição do Consórcio; além da declaração da responsabilidade da Wind Power Energia S/A em ressarcir as perdas futuras que vierem as Requerentes a experimentar no caso de sucumbirem na ação judicial que lhes promove a COPEL perante o Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. O valor atribuído à causa referente a participação da Companhia no Consórcio é de R\$ 35 milhões.

10 Provisões para contingências

		2022	2021
Cíveis	(a)	166.013.259,11	61.518.636,38
Trabalhistas	(b)	6.042.162,34	11.241.744,28
Fiscais	(c)	6.389.574,86	5.879.822,45
		178.444.996,31	78.640.203,11

a Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022, dos valores totais provisionados contabilmente a título de contingências cíveis, R\$ 153.237 mil se referem ao processo movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra CR Almeida S/A Engenharia de Obras, Consbem Construções e Comércio Ltda., Galvão Engenharia S/A, Serveng - Civilsan S/A Empresas Associadas de Engenharia, Construtora Andrade Gutierrez S/A, Construções e Comércio Camargo Correa S/A, Mendes Junior Trading e Engenharia S/A, Heleno & Fonseca Construtécnica S/A, Triunfo Iesa Infra Estrutura S.A., Carioca Christiani Nielsen Engenharia S/A, Cetenco Engenharia S/A, Construtora Norberto Odebrecht Brasil S/A, Construtora Queiroz Galvão S.A., Construtora OAS Ltda., Sergio Henrique Passos Avelleda, Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ e Fazenda do Estado de São Paulo, visando a declaração de nulidade dos contratos administrativos e aditamentos decorrentes da licitação nº. 41428212, instaurada pela Companhia do Metropolitano de São Paulo para a realização de obras de construção da Linha Lilás 5 do Metrô de São Paulo. A sentença havia condenado todas as empresas Réis de forma solidária ao pagamento do valor de R\$ 326.915.754,40, acrescido de correção monetária desde setembro de 2011 e juros de mora desde a citação (art. 406 do Código Civil), acrescido de multa civil correspondente a duas vezes o valor do dano. No entanto, o TJSP alterou parte da sentença e determinou a condenação das empresas a ressarcir o prejuízo no importe de 17% sobre o valor dos contratos, com a incidência da correção monetária a partir da assinatura do primeiro contrato celebrado com qualquer uma das empresas (10/2010) e juros a partir da data do evento danoso (assinatura do contrato - 10/2010). As demais condenações que correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, não possuem valores individuais relevantes.

Por outro lado, a Companhia e a Consbem Construções e Comércio Ltda., empresas Integrantes do Consórcio CR Almeida – Consbem, estão buscando na Ação de Cobrança nº 1078452-13.2021.8.26.0053 ajuizada em face da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metro o ressarcimento de despesas adicionais havidas durante a execução do Contrato de execução de obras pelas obras da Linha 5 do Metrô SP. O valor atribuído à causa referente a participação da Companhia no Consórcio é de R\$ 34,9 milhões.

A Companhia tem outras diversas contingências de naturezaável avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, segundo as regras estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), sem constituição de provisão uma vez que não reúnem todas as características para o seu registro. O montante pedido pelos autores

atualizado é estimado em R\$ 4.467.280 mil (R\$ 4.511.173 mil em 31 de dezembro de 2021). Dessas contingências possíveis passivas destacam-se as seguintes principais:

- (i) **Ministério Público Federal x CR Obras** - Processo nº 5014974-04.2019.4.03.6100 correspondente a Ação de Improbidade Administrativa decorrente das investigações realizadas no âmbito da Força Tarefa da Operação Lava Jato de São Paulo, relacionadas a condutas ilícitas de abuso de poder econômico que, supostamente, teriam causado a eliminação da concorrência, mediante prévio acordo, ajuste de preços e aliança entre os ofertantes visando ao controle regionalizado do mercado, bem como relacionadas à frustração do caráter competitivo de certames e a pagamentos de vantagens indevidas a agentes públicos no bojo dos mesmos procedimentos licitatórios e contratos abarcados pelo cartel. Visa a condenação dos envolvidos por supostos atos de improbidade administrativa no âmbito da Concorrência Pública de n.º 003/2005 da DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A (construção do Rodoanel) e de licitações para obras do Sistema Viário do Município de São Paulo (SP). Tendo em vista a natureza da demanda não é possível estimar valores decorrentes de perda na causa. O valor do pedido atualizado é de R\$ 729.109 mil.
- (ii) **Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S/A x CR Obras** - Processo Tribunal de Contas nº 024.994/2012-0 correspondente a condenação sobre indícios de superfaturamento identificados no contrato CT-10/2006 referente ao lote 7 da Ferrovia Norte-Sul pactuado entre a Valec e a CR Obras. O valor atualizado atribuído à causa é de R\$ 108.063 mil e está pendente de recurso administrativo com efeito suspensivo. Em compensação, a CR Obras possui Ação de Indenização nº 0049573-75.2010.4.01.3400 ajuizada em face da Valec visando a cobrança de valores decorrentes das diferenças ocasionadas pelo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato 10/2006, a qual foi julgada parcialmente procedente para condenar a Valec ao pagamento de R\$ 52.000 mil. A referida ação de indenização está aguardando julgamento de recursos de apelação interpostos por ambas as partes.
- (iii) **Estado do Mato Grosso x CR Obras (Consórcio VLT Cuiabá)** - Processo nº 1008890-72.2021.4.01.3600 corresponde a Ação de Ressarcimento ao Erário por meio da qual o Estado do Mato Grosso pretende obter do Consórcio VLT Cuiabá - Várzea Grande o ressarcimento por supostos prejuízos materiais e morais derivados da rescisão contratual e da troca de modal operada. Considerando a natureza do pleito não é possível estimar valores de perdas a serem suportados em caso de derrota na ação. Em caso de se entender possível responsabilizar o Consórcio, caberá ao julgador a definição desses valores, de acordo com as balizas que entender pertinentes. O valor atualizado do pedido é de R\$ 664.891 mil. De outro modo, o Consórcio possui as Ações de nº 1054131-35.2019.8.11.0041 e nº 1018564-40.2019.8.11.0041 ajuizadas contra o Estado do Mato Grosso que são destinadas a cobrança de valores devidos pela execução do contrato de obras do VLT de Cuiabá/Várzea Grande referentes a parcelas do contrato que foram devidamente executadas e cujas respectivas contraprestações não foram liberadas, bem como de outros valores contratualmente previstos, inerentes a reajustamento de preços, variação cambial e atualização monetária por atrasos.
- (iv) **Ministério Público do Estado do Mato Grosso x CR Obras (Consórcio VLT Cuiabá)** - Processo nº 0018861-45.2014.4.01.3600 corresponde a Ação Civil Pública que visa condenar as pessoas físicas e jurídicas responsáveis pela implantação do modal de transporte urbano Veículo Leve sobre Trilho (VLT) em Cuiabá/MT e Várzea Grande/MT a reparar os danos morais coletivos experimentados pela sociedade do Mato Grosso nos últimos 03 (três) anos. Busca-se a condenação do Consórcio e dos antigos gestores de Mato Grosso ao pagamento de danos morais "a serem arbitrados pelo juízo". O Ministério Público apresenta uma estimativa bastante abstrata para o que entende devido e

atribui tal valor à causa. No entanto, considerando a natureza do pleito, não é possível estimar valores de perdas a serem suportados em caso de derrota na ação. Em caso de se entender possível responsabilizar o Consórcio, caberá ao julgador a definição desses valores, de acordo com as balizas que entender pertinentes. O valor atualizado do pedido é de R\$ 108.691 mil.

- (v) **Estado do Mato Grosso x CR Obras (Consórcio VLT Cuiabá)** - Processo nº 0017193-68.2016.4.01.3600 corresponde a Ação de Improbidade Administrativa promovida pelo Estado do Mato Grosso ação na qual se aponta a existência de jogo de cronograma, com violação de regras do edital pelos agentes públicos e que, portanto, teriam corroborado com ilícito, bem como a elaboração de alterações indevidas e ilegais na minuta do contrato em relação à proposta que originalmente constou do edital. Busca-se com a ação, a condenação do Consórcio às sanções de multa (da Lei de Improbidade), reparação de danos materiais não quantificados, com menção inclusive àqueles “apurados no curso da ação”, reparação de danos morais e honorários. Sendo assim, considerando a natureza da ação, não é possível estimar valores de perdas a serem suportados em caso de derrota. Em caso de se entender possível responsabilizar o Consórcio, caberá ao julgador a definição desses valores, de acordo com as balizas que entender pertinentes. O valor atualizado do pedido é de R\$ 675.053 mil.
- (vi) **Ministério Público Federal x CR Obras (Consórcio VLT Cuiabá)** - Ação Civil Pública nº 0003668-53.2015.4.01.3600 promovida pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Mato Grosso e Estado de Mato Grosso que tem por finalidade a condenação do Consórcio ao pagamento de indenização por supostos danos ao patrimônio público em razão de suposto inadimplemento contratual. O valor atualizado do pedido é de R\$ 1.048.706 mil.
- (vii) **CR Obras (Consórcio VLT Cuiabá) x Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso - CGE** - Ação Anulatória nº 1018823-69.2021.4.01.3600 que busca o reconhecimento de nulidade do processo administrativo de responsabilização nº 570981/2017 que condenou o Consórcio às penalidades de: (i) declaração de inidoneidade, segundo regime da Lei 8.666; (ii) impedimento de licitar e contratar com a Administração, de acordo com o regime da Lei 12.462; (iii) multa administrativa; e (iv) publicação extraordinária de decisão condenatória, conforme prevê o art. 6º, I e II, da Lei 12.846. O valor atualizado da multa é de R\$ 62.347 mil. O referido valor é objeto da Execução Fiscal nº 100084-51.2023.8.11.0041.
- (viii) **CR Obras (Consórcio VLT Cuiabá) x Secretário de Estado das Cidades de Mato Grosso** - Mandado de Segurança nº 1006118-65.2018.8.11.0000 contra ato do Sr. Governador de Estado que rejeitou recurso administrativo interposto pelo Consórcio no processo administrativo nº 535196/2017, o qual se discute a rescisão do Contrato n.º 037/SECOPA/2012, aplicando graves sanções ao Consórcio. O valor atualizado da multa aplicada no processo administrativo é de R\$ 204.105 mil. O referido valor é objeto da Execução Fiscal nº 1003164-44.2023.8.11.0041.
- (ix) **CR Obras (Consórcio Monotrilho Pátio) x Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metro** - Ação de Rescisão nº 1003274-34.2016.8.26.0053 dos contratos administrativos nº 4170221401 e 417022 (Pátio e Estações), cumulada com pedido de indenização pelos prejuízos que a CR Obras e a Andrade Gutierrez suportaram, como perdas e danos e lucros cessantes. O valor atribuído à causa é de R\$287.849 mil. Além disso, busca-se na mesma ação, a suspensão das multas impostas contra o consórcio nos processos administrativos 4170221401/003/2016, 4170221302/003/2015, 4170221302/004/2016, 4170221302/002/2015, 4170221401/002/2016, 4170221302/001/2016 e 4170221401/001/2015, as quais perfazem o valor atualizado de R\$ 18.546 mil.

- (x) **Companhia do Metropolitan de São Paulo – Metro x CR Obras (Consórcio Monotrilho Integração)** - Processos nº 1017567-67.2020.8.26.0053, 1065425-94.2020.8.26.0053 e 1064010-47.2018.8.26.0053 correspondem a ações buscando o afastamento e/ou cobrança de multas impostas em diversos processos administrativos ajuizados pelo Metrô. O valor aproximado das multas é de R\$ 15.561 Mi. Em contrapartida, a CR Obras promoveu a Ação de Rescisão nº 1025828-89.2018.8.26.0053 em face do Metrô, na qual se pleiteia a rescisão do contrato administrativo nº 42209211301 cumulado com pedido de condenação do Metrô ao pagamento dos valores a título de reajuste contratual que foram indevidamente retidos. O processo foi julgado parcialmente procedente, sendo o Metrô condenado ao pagamento de valores indevidamente retidos nas faturas emitidas pelo Consórcio, referenciado à medição relativa ao mês de março de 2018. O valor aproximado da condenação da sentença é R\$ 6.828 mil. Além disso, a Companhia promoveu Ação de Rescisão nº 1050088-41.2015.8.26.0053 em face do Metrô, na qual se pleiteia a rescisão do contrato administrativo nº 4220921301, com relação às obras da parte civil, bem como indenização pelos prejuízos que suportaram em face do desequilíbrio econômico-financeiro do ajuste. O processo foi julgado parcialmente procedente, sendo o Metrô condenado ao pagamento das vigas-guia não fabricadas. O valor estimado da sentença é R\$ 10.990 mil. Ambos os processos aguardam julgamento de recurso interposto perante o TJSP.
- (xi) **Companhia do Metropolitan de São Paulo – Metro x CR Obras (Consórcio Monotrilho Estações)** - Ação de Cobrança nº 1004955-29.2022.8.26.0053 de multa imposta no processo administrativo nº 4170221302/001/2016 em razão de suposto abandono do canteiro de obras e outras infrações contratuais. O valor da multa é de R\$ 10.434 Mil.
- (xii) **Companhia do Metropolitan de São Paulo – Metro x CR Obras (Consórcio Monotrilho Integração)** - Processos nº 4220921301/015/2016, 4220921301/008/2016, 4220921301/009/2016, 4220921301/023/2021 correspondem a processos administrativos ajuizados pelo Metrô visando a cobrança de multas contratuais por supostas condutas do Consórcio. O valor das multas é de R\$ 81.493 Mil.

Os valores indicados se referem a participação da Companhia nos Consórcios em que ela atuou.

b Trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2022 existem outros processos no montante de R\$ 2.519 mil, de mesma natureza avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão (Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 830 mil).

c Fiscais

Correspondem, a cobrança de impostos estaduais e municipais, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2022 existem diversos processos no montante de R\$ 28.236 mil, de mesma natureza avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, não havendo valores individuais relevantes, portanto, sem constituição de provisão (Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 45.654 mil).

11 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, no caso de mútuo financeiro, são formalizadas através de contratos. As atualizações são feitas com base na taxa média de endividamento e realizadas em condições específicas determinadas pela Administração da Companhia. Portanto, a posição financeira e o resultado das transações refletem as condições estabelecidas nestas negociações. Se realizadas com terceiros, poderiam gerar resultados diferentes para a Companhia.

	2022	2021
Ativo Circulante		
Contas a Receber		
. Primav Construções e Comércio S/A	13.057.509,27	13.057.509,27
. Santa Bárbara Construtora S/A	60.480.034,25	56.268.260,25
. Santa Bárbara Construtora S/A - Provisão para perdas	(60.480.034,25)	(56.268.260,25)
	<u>13.057.509,27</u>	<u>13.057.509,27</u>
Passivo Circulante		
Fornecedores		
. Consórcio Binário Porto de Santos	-	5.326.885,64
. Consórcio Alças da Ponte	-	4.726.371,37
	<u>-</u>	<u>10.053.257,01</u>
Passivo Não Circulante		
Débitos com pessoas ligadas		
. Primav Construções e Comércio S/A	27.731.650,65	25.127.945,78
	<u>27.731.650,65</u>	<u>25.127.945,78</u>
Resultado do exercício		
Receitas financeiras		
. Primav Construções e Comércio S/A	133.700,09	359.672,39
	<u>133.700,09</u>	<u>359.672,39</u>
Despesas financeiras		
. Primav Construções e Comércio S/A	1.866.465,34	194.202,15
	<u>1.866.465,34</u>	<u>194.202,15</u>

- a Remuneração da Administração** - As despesas com remuneração da Administração da Companhia totalizaram R\$ 1.240 mil (R\$ 1.241 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021) correspondentes a salários, encargos e benefícios de curto prazo.

12 Transações com consorciadas

Os saldos de transações com consorciadas são representativos, essencialmente de diferenças entre aportes efetivamente realizados pelas empresas e/ou distribuição de resultados em valores superiores ou inferiores aos referentes a participação de cada consorciada em cada um dos empreendimentos. Os saldos ao final do exercício são assim representados:

a Saldos ativos

	2022	2021
Consórcio AHE Colider	12.380,06	24.647,47
Consórcio Construtor Linha 18	-	29.302,87
Consórcio Corredor Zona Leste	56.301,67	56.101,67
Consórcio CR Almeida EMPA	6.209,91	3.958,32
Consórcio CR Almeida Via EMSA	972.656,63	966.949,19
Consórcio Mendes Júnior - Serveng - CR Almeida	-	0,97
Consórcio Equador	523.870,93	523.870,93
Consórcio Metrô SP	1.741.235,02	1.723.297,70
Consórcio MG-135	-	832.501,90
Consórcio Monotrilho Estações	8.791,96	23.978,18
Consórcio Monotrilho SP L17	4.249.865,44	4.235.323,56
Consórcio Monotrilho Linha 17 Pátio	2.069.650,54	2.055.650,55
Consórcio Monotrilho Manaus Construtor	271.311,73	271.311,73
Consórcio Monotrilho Manaus	-	636,35
Consórcio SA Paulista	12.384,65	7.046,13
Consórcio Viaduto Estaiado Curitiba	-	125,00
Consórcio VLT Cuiabá Civil	3.721.707,70	3.496.707,84
Consórcio VLT Cuiabá Pleno	141.822,73	153.012,66
	13.788.188,97	14.404.423,02

b Saldos passivos

	2022	2021
Consórcio CJC	5.449,83	5.449,83
Consórcio CR Almeida - J Malucelli	132.763,82	132.763,82
Consórcio Mendes Júnior - Serveng - CR Almeida	130.789,92	130.790,89
Consórcio Monotrilho Manaus Pleno	220.924,56	222.602,21
Consórcio Nova Jacú-Sul	12.423,55	12.423,55
Consórcio Queiroz Galvão - CR Almeida	285.346,81	261.434,62
Consórcio Viaduto Estaiado Curitiba	9.777,73	9.902,73
Consórcio Viva São Gonçalo	7.272,87	7.272,87
Consórcio VLT Cuiabá Pleno	-	223.092,49
SCP - Sociedade Ibatí	81.243,29	81.243,29
	885.992,38	1.086.976,30

13 Patrimônio líquido**a Capital social**

O capital social no montante de R\$ 42.805.353,16, totalmente subscrito e integralizado é representado por 15.302.681.425 ações, sendo 15.266.126.777 ordinárias e 36.554.648 preferenciais. Durante o exercício social de 2021, o capital social que era de R\$ 517.277.632,19 foi reduzido em R\$ 474.472.279,03 para absorção de prejuízos acumulados.

b Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se a contrapartida do registro da mais valia de bens integrantes de propriedades para investimento e do ativo imobilizado apurados nos termos do ICPC 10. Sobre esses valores contabilizados a título de mais valia de propriedades para renda e ativos imobilizados, líquidos dos efeitos tributários, os valores vêm sendo realizados na mesma proporção da depreciação e/ou baixa dos bens que originaram o registro. Os saldos existentes ao final dos exercícios são assim compostos:

	2022	2021
Sobre a mais valia de ativos não circulantes	36.418,27	36.418,27
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.381,97)	(12.381,97)
	24.036,30	24.036,30

14 Receita operacional líquida

	2022	2021
Receitas de obras por empreitada e venda de mercadorias	3.397.807,75	550.968,76
Receitas de locações	158.475,19	202.438,87
Outras receitas - Multas sobre contratos	-	8.803.405,41
Impostos incidentes sobre as receitas	(90.268,24)	(250.934,66)
	3.466.014,70	9.305.878,38

15 Custos e Despesas gerais e administrativas - Por natureza

	2022	2021
Pessoal e encargos	3.414.736,53	5.117.820,26
Serviços de terceiros	8.322.316,43	9.825.912,28
Perdas em recebíveis	4.211.774,00	10.421.175,44
Materiais	261.703,04	273.712,33
Locações	326.257,25	387.562,47
Tributos	1.215.646,89	3.195.490,62
Depreciações e amortizações	99.876,09	161.989,97
Seguros	1.460.701,09	1.844.517,11
Viagens, estadias e locomoções	56.584,91	46.292,46
Despesas legais, judiciais, publicações e assinaturas	384.227,47	686.068,37
Comunicações e tarifas de serviços públicos	56.478,87	79.063,50
Indenizações diversas	3.215.607,02	15.508.705,54
Contingências fiscais	2.054,81	(25.260,58)
Contingências trabalhistas	(5.002.527,24)	778.041,31
Contingências cíveis	103.644.194,62	44.035.161,42
Outros custos e despesas	79.134,96	152.156,40
	121.748.766,74	92.488.408,90
Classificados como:		
. Custo das atividades operacionais	2.643.196,74	5.592.034,54
. Despesas gerais e administrativas	119.105.570,00	86.896.374,36
	121.748.766,74	92.488.408,90

16 Outras receitas (ou despesas) operacionais líquidas

	2022	2021
Receita na alienação de bens do ativo não circulante	-	102.816,60
Valor residual do ativo não circulante baixado ou vendido	-	(14.557,38)
Contingências fiscais	(507.697,60)	(891.946,37)
Contingências trabalhistas	197.054,70	(111.778,77)
Contingências cíveis	(850.428,11)	(1.509.490,88)
Recuperação de despesas	111,40	286.697,38
Ganhos por registro de créditos em discussão a receber	1.825.966,06	2.127.957,45
Outros resultados	(600.076,08)	(439.549,54)
	64.930,37	(449.851,51)

17 Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras:		
. Empresas ligadas	133.700,09	359.672,39
. Aplicações financeiras	66.800,86	25.964,76
. Atualização de recuperação de créditos em discussão a receber	23.076.045,68	7.487.424,49
. Outras	159.498,56	54.133,63
	23.436.045,19	7.927.195,27
Despesas financeiras:		
. Empréstimos e financiamentos	107.726,80	-
. Empresas ligadas	1.866.465,34	194.202,15
. Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	1.563.401,70	(528.554,40)
. Outras	216.688,93	322.114,87
	3.754.282,77	(12.237,38)

18 Imposto de renda e contribuição social

a Imposto de renda e contribuição social diferidos

- a1 Impostos diferidos ativos** - Muito embora a Companhia, ao final do exercício mantenha prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e adições temporárias que gerariam créditos tributários, conservadoramente, os valores não vêm sendo contabilizados em razão da incerteza quanto à capacidade de realização dos correspondentes ativos fiscais.
- a2 Impostos diferidos passivos** - A Companhia reconheceu débitos tributários no passivo, nos termos do ICPC 10, sobre as diferenças temporárias decorrentes do registro da mais valia de ativos imobilizados, bem como pela diferença existente entre as taxas de depreciação permitidas pela legislação fiscal e aquelas constantes dos laudos de avaliação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos foram constituídos considerando a alíquota combinada de 34% (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%).
- a3 Resultado do exercício** - Os valores constantes na demonstração do resultado, calculados sobre as mesmas bases antes mencionadas são assim representados:

	2022	2021
Diferenças temporárias - Mais valia de ativos	-	(94,82)
Créditos de precatórios a receber	(4.409.828,10)	-
	<u>(4.409.828,10)</u>	<u>(94,82)</u>

19 Benefícios a empregados

A Companhia, em conjunto com outras sociedades integrantes do mesmo grupo econômico ao qual pertence, mantém um Plano Coletivo de assistência complementar na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) junto ao Bradesco Vida e Previdência S/A. As contribuições da Companhia correspondem a 100% do valor aportado pelos funcionários e administradores. Tais contribuições totalizaram R\$ 97 mil (R\$ 163 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

O prazo de carência do plano PGBL é de no mínimo 5 anos de vínculo empregatício. Este plano se trata de plano de contribuição definida, sendo que a Companhia somente reconhece como despesa a contribuição devida quando o empregado tiver prestado serviços à Companhia.

20 Seguros

A Administração da Companhia adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21 Ônus, Avais e Garantias

A Companhia não possui ônus adicionais sobre seus ativos, tampouco figura como avalista e/ou garantidora de operações financeiras contratadas em benefício de outras empresas do Grupo.

Curitiba (PR), 31 de dezembro de 2022.

ROGÉRIO SILVA CARVALHO
 Diretor Técnico-Comercial e
 Diretor de Operações

MARCO AURÉLIO DA SILVA
 Diretor Administrativo-Financeiro

ANDRESSA KAMINSKI FERRARINI
 Contadora CRC.PR-054139/O-2